

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 7.133, DE 2014**

Estende aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

**Autor:** Deputado Vicentinho

**Relator:** Deputado Delegado Protógenes

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei cujo fim precípua é atribuir aos funcionários da Polícia Rodoviária Federal, ocupantes de cargos de atividade policial, o regime de prisão especial estabelecido pela Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

Justifica, o autor, a sua iniciativa, ao argumento de que “Ocorre que o Policial Rodoviário Federal, como outro servidor policial de qualquer instituição, pode passar por situações fáticas que o leve a ser recolhido preso preventivamente, e, tem ocorrido caso de detenções sem justificativas onde o policial é recolhido preso em unidades prisionais comuns, até mesmo junto com pessoas detidas por ele, e depois de certo tempo, depois de passar ele e sua família por constrangimento e humilhações é liberto por falta de provas ou por inexistência de ilicitude em seus atos.”.

A proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise quanto à sua

constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, nos termos regimentais.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O projeto encontra-se compreendido na competência privativa da União para legislar sobre direito processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária (artigos 22, I e 61 da Constituição Federal).

Ademais disso, os ditames materiais insculpidos na Carta Magna são respeitados.

Observa-se, igualmente, que o pressuposto da juridicidade se acha preenchido, não sendo violados princípios do ordenamento jurídico pátrio.

A técnica legislativa não carece de reparos.

Quanto ao mérito, o projeto de lei é louvável e, por conseguinte, deve prosperar.

A alteração ora em debate estabelece que o Policial Rodoviário Federal preso preventivamente, em flagrante ou em virtude de pronúncia, enquanto não perder a condição de funcionário, permanecerá em prisão especial, durante o curso da ação penal e até que a sentença transite em julgado.

A prisão preventiva, em flagrante ou em virtude de pronúncia implica a privação da liberdade antes de o indivíduo sofrer qualquer condenação, por sentença transitada em julgado. É medida de natureza cautelar, podendo ocorrer tanto durante o inquérito policial quanto no curso da instrução criminal. Esse tipo de privação é denominado de prisão processual.

Assim, a constrição processual da liberdade deve ser entendida como uma exceção, cabível apenas nas situações em que o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* apontarem para a conclusão de que uma eventual sentença condenatória não produzirá qualquer efeito prático, caso o

indiciado ou acusado permaneça em liberdade durante a persecução penal, ou que a sua liberdade tumultuará o desenrolar processual.

Em razão de sua natureza excepcional, vez que limita a garantia constitucional da liberdade sem uma condenação penal, essa modalidade de privação não pode comprometer a segurança do preso. Sendo assim, é imprescindível garantir-se a segurança do Policial Rodoviário Federal detido provisoriamente, propiciando-lhe o regime de prisão especial.

O Estado tem por dever garantir a integridade física e psicológica do indivíduo que em razão de sua atividade profissional, torna-se mais vulnerável dentro do sistema carcerário. Esse é o caso do Policial Rodoviários preso provisoriamente.

Destarte, a presente reforma legislativa, cujo fim é estabelecer que o mandado de prisão seja instruído com cópia integral da decisão que decretou a medida, é imperiosa e merece o nosso apoio.

Assim, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa, e, no mérito pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.133, de 2014.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2014.

Deputado DELEGADO PROTÓGENES  
Relator